PKS

PUBLIC
KNOWLEDGE
PROJECT

REVISTA DE
GEOGRAFIA

Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE

OJS

OPEN
JOURNAL
SYSTEMS

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia>

DE “INVASÃO DO MACAÍBA” A “JARDIM VITÓRIA”: ANALISE ESPAÇO-TEMPORAL DAS TRANSFORMAÇÕES DE UMA ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL (ZEIS) EM CAMPINA GRANDE, PB^{1,2}

Irislaldo Erik Estevam da Silva¹, Luiz Eugênio Pereira Carvalho²

¹Graduado em Geografia pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (PPGG-UFPA). Grupo de Estudos Urbanos (GeUrb). Email: erik.estevam@gmail.com identificação.

²Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor Associado da Unidade Acadêmica de Geografia na Universidade Federal de Campina Grande (UAG - UFCG). Email: luizeugeniocarvalho@gmail.com

Artigo recebido 12/04/2018 e aceito em 23/11/2019

RESUMO

Conhecer e entender a dinâmica socioespacial da cidade sempre se fez importante. É a partir desta dinâmica que podemos compreender como se manifesta a (re)produção do espaço urbano que seleciona, separa e segrega os moradores em diversas partes da urbe. Desta feita, estudar o surgimento de áreas periféricas nas cidades se faz importante para se captar o processo de expansão urbana. O objetivo deste trabalho é realizar uma breve exposição da história do Conjunto Jardim Vitória, enfatizando o seu processo de consolidação através do estudo do campo e de análise espaço-temporal de imagens de satélite num período de 16 anos. Também analisamos a área a partir de seu reconhecimento como uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) – assim nomeada em 2006 – para identificar quais os serviços básicos de infraestrutura e de equipamentos urbanos foram e implantados e estão presentes nele. Destarte, as lutas dos moradores e o reconhecimento enquanto ZEIS fez com que houvesse maior atenção dos órgãos públicos para que todas as obras de melhorias fossem, aos poucos, sendo implantadas.

Palavras-chave: Jardim Vitória, ZEIS, Cidade, Zoneamento, Equipamentos Urbanos, Infraestrutura.

FROM “MACAÍBA INVASION” TO “JARDIM VITÓRIA”: A SPACE-TIME ANALYSIS OF THE TRANSFORMATIONS OF A “SPECIAL ZONE OF SOCIAL INTEREST” (ZEIS) IN CAMPINA GRANDE, PB

ABSTRACT

Knowing and understanding the socio-spatial dynamics of the city has always been important. It is from this dynamic that we can perceive how it's manifested the (re)production of the urban space that selects, separates and segregates the inhabitants in different parts of the city. Thus, studying the emergence of peripheral areas in cities becomes important in order to understand the dynamics of the urban expansion process. The objective of this work is to briefly expose the history of the “Conjunto Jardim Vitória”, emphasizing its consolidation process through the study of the field and space-time analysis of satellite images over a period of 16 years. We also analyzed the area from its recognition as a Special Zone of Social Interest (ZEIS) – so-called in 2006 – to identify which basic infrastructure and urban equipment services have been and are being implemented and are present in it. In this way, the fights of the residents and the recognition as ZEIS caused the greater attention of the public organs so that all the works of improvements were, little by little, being implanted.

Keywords: Jardim Vitória; ZEIS; Zoning; Urban equipments; Infrastructure.

1. INTRODUÇÃO

Estudar, conhecer e compreender o surgimento de áreas periféricas nas cidades se faz importante para se entender a dinâmica do processo de expansão urbana de toda e qualquer cidade, seja ela uma metrópole, cidade média ou até mesmo pequena. Frente a varias faces dos componentes que fazem parte de tal expansão (a especulação imobiliária, a políticas públicas de habitação, a construção da cidade pela própria população, etc.), alguns aspectos podem ser notados no tecido urbano com o passar o tempo, bem como os investimentos municipais para melhorias de tais áreas periféricas. Este é o caso do Conjunto Jardim Vitória.

Inicialmente chamado de “Invasão do Macaíba”, o local surgiu e se desenvolveu nos primeiros anos da década de 2000 e, desde então tem mostrado significativo dinamismo ao longo do tempo. Esta dinâmica só foi possível por conta da ação de sujeitos que atuaram sobre a área e, a partir de então, a fizeram crescer e desenvolver a partir de suas necessidades de moradia.

Diante do exposto, o objetivo deste trabalho é realizar uma breve exposição da formação histórica do Conjunto Jardim Vitória, enfatizando o seu processo e história de ocupação. Contudo, a legalização da área e seu reconhecimento é o marco que se fez importante para melhorias da área e é o foco principal deste trabalho.

Assim, sua institucionalização como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) do Conjunto Jardim Vitória nos permite trabalhar melhor e poder analisar a área e sistematizar informações acerca da infraestrutura presente no Conjunto e os serviços de equipamentos urbanos oferecidos para a sua população após o seu reconhecimento como ZEIS. Tais serviços e equipamentos são presentes e suficientes? Traremos a discussão nas páginas que se seguem.

2. LOCALIZAÇÃO DO CONJUNTO JARDIM VITÓRIA

Conhecer o Conjunto Jardim Vitória e sua localização faz parte do processo para se compreender os motivos pelos quais a área foi transformada em um Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) e o porquê das pessoas terem se instalado ali. Para tal, é preciso, também, conhecer um pouco da dinâmica da Cidade de Campina Grande e sua evolução ao longo do tempo.

A cidade de Campina Grande está localizada no Agreste Paraibano (Imagem 1) e sobre o Planalto da Borborema com uma altitude média de 550m, possuindo um clima tropical quente e seco (semiárido). Segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a cidade está a cerca de 125 km de distância da capital João Pessoa. Em 2010 contava com 385.213 habitantes e com projeção, para o ano de 2016, de 407.754 habitantes. Sua densidade demográfica, ainda segundo

o censo 2010 era de 648,31 hab/km² (IBGE, 2017).

IMAGEM 1: Localização de Campina Grande, PB

FONTE: Silva, 2017

Assim como tantas outras no Brasil, apresentou um rápido crescimento urbano e populacional nas últimas décadas (tabela 1) graças a um conjunto de fatores que possibilitaram a sua expansão. Dentre elas a tendente atração de pessoas por se caracterizar como uma cidade polo microrregional (com intensas atividades universitária, comercial, industrial e de serviços) e, para além dessas características, a crescente especulação imobiliária. Assim, a expansão urbana desordenada da cidade pode ser entendida. Para Souza (2009):

A expansão urbana, em vez de acompanhar eixos bem definidos, que são aqueles determinados pelos corredores ferroviários, avança em todas as direções como uma mancha de óleo, embora, ao mesmo tempo, avance aos “saltos”, devido à presença de “vazios urbanos” a serem debitados na conta da especulação imobiliária. (p. 86)

TABELA 1: Crescimento Populacional de Campina Grande

Campina Grande – PB	População	1970	1980	1991	2000	2010	2019 (estimativa)
	Urbana	167.335	228.182	307.468	337.484	367.278	--
	Rural	27.968	19.645	18.839	17.847	17.215	--
	Total	195.303	247.827	326.307	355.331	385.213	409.731

FONTE: Censos IBGE 1970, 1980, 1991, 2000, 2010 e 2018 (números estimados).

O Conjunto Jardim Vitória está localizado em uma região periférica, dentro do Bairro do

Velame faz parte da Zona Sul da Cidade e, para efeitos de melhor visualização trazemos a imagem de satélite da área dentro da cidade, de forma mais aproximada (Imagem 2).

IMAGEM 2: Imagem de Satélite do Conjunto Jardim Vitória, Bairro do Velame

FONTE: Google Imagens, 2017

Dadas tais características iniciais, agora, vamos entender o processo de reconhecimento da

área de estudo no tópico a seguir.

3. ZONEAMENTO E RECONHECIMENTO DA ÁREA

3.1 A importância do zoneamento e do reconhecimento de uma ZEIS para a aplicação de políticas públicas

De acordo com a imagem anterior, percebemos que o Jardim Vitória não é planejado e que nasceu e cresceu de acordo com a necessidade de ocupação da população que nele se estabeleceu e

demarcou, progressivamente, seu território até chegar a configuração atual¹. Campos Filho (2003)², classifica os tipos de bairro segundo a estrutura do tecido urbano com a qual o mesmo se apresenta. De acordo com a classificação do autor, temos os seguintes tipos:

- Tipo 1: bairro nascendo e se desenvolvendo isoladamente, usualmente na periferia do espaço urbano da época em que é associado;
- Tipo 2: bairro se relacionando a bairros vizinhos formando uma malha de bairros, conforme o território urbano vai se expandindo;
- Tipo 3: bairro planejado tipo “jardim”, que nasce usualmente nas periferias urbanas da época em que são implantados, e depois podem ir ficando centrais;
- Tipo 4: bairro que se transformou em central na estrutura urbana devido a expansão do território da cidade.” (p. 60)

Apesar do autor se referir aos tipos de desenhos urbanos de bairro, em analogia à sua classificação, identificamos que o Conjunto Jardim Vitória pode ser, de acordo com Campos Filho (2003), identificado como bairro do Tipo 1. O autor enfatiza sua classificação:

O tipo 1 tende a ser o que nasce de uma ausência de planejamento, com o mercado atingindo livremente, sem zoneamento ou com sua desobediência sistemática, como na região dos mananciais, ou regulando por um zoneamento misto aberto, sem controle sobre suas transformações [...] (p. 62)

Dentro da perspectiva abordada por Cavalcanti (2001) e, voltando para a área em questão, percebemos que o espaço reproduzido hoje só existe por conta da organização social que nele se instaurou e orientou de forma a (re)organizá-lo continuamente, embora de forma não planejada. Assim, o arranjo estrutural das vias (um tanto desordenadas), ajuda a perceber que o planejamento urbano do mesmo não foi pensado anteriormente ao seu surgimento. Elas foram sendo desenhadas conforme a população se instalava e determinava seus terrenos e lotes no espaço que se apropriaram dentro da cidade. Ela explica que:

A cidade é um espaço geográfico, é um conjunto de objetos e de ações; contudo, ela expressa esse espaço como lugar de existência das pessoas, e não apenas como um arranjo de objetos, tecnicamente orientado [...] Um aspecto a discutir no estudo da cidade e do espaço urbano é o significado e a importância de postular uma produção do espaço urbano e não uma organização desse espaço. (p. 66-67)

¹ A história da ocupação e assentamento pelas pessoas se deu nos primeiros meses dos anos de 1999 e se expandiu a partir dos anos 2000, através de um movimento de invasão sobre um terreno particular na área. Segundo entrevista realizada com o Senhor José Paulo Oliveira (em 08 de junho de 2017), que estava à frente da comunidade na época, e foi o primeiro presidente da Organização da Associação de Moradores do Conjunto, o terreno do Sítio Velame, onde as pessoas se instalaram, pertencia ao Senhor Antônio Macaíba e é daí que deriva o primeiro nome da localidade, chamada de “Invasão do Macaíba”, posteriormente, Jardim Vitória.

² Ver obra do autor “Reinvente seu Bairro: caminhos para você participar do planejamento de sua cidade” que traz abordagens acerca de estrutura, planejamento urbano, zoneamento e propostas para que a população seja ativa nos movimentos e orçamentos participativos em sua cidade para cobrar ações de melhoria para o bairro onde se mora.

O desenvolvimento em si aconteceu a partir da fixação da comunidade e das relações estabelecidas a partir cotidiano, reconstruindo o espaço urbano e possibilitando o acesso à moradia de famílias que antes não tinham lugar para sobreviver ou que sobreviviam de aluguel, mas que, de toda forma, não detinham suas próprias propriedades.

É institucionalizado em Campina Grande, ainda em 2006, no Plano Diretor, o instrumento urbanístico das ZEIS, que já vinha sendo utilizado em outras cidades do país e se disseminou a partir da promulgação do Estatuto da Cidade. Esse instrumento pretende possibilitar melhor adequação urbanística de áreas pobres e sua regularização fundiária. Na cidade de Campina Grande, a regulamentação das ZEIS e seu processo de demarcação foi efetivado no ano de 2009 em complemento da Lei Nº 003/2006.

Assim a área em estudo foi incorporada no zoneamento da cidade e o que antes era uma área de invasão, logo foi transformada pela Prefeitura em uma ZEIS. A partir de então, houve uma maior atenção para as melhorias urbanas de infraestrutura da área. Segundo o Ministério das Cidades (2009):

A expressão “Zona Especial de Interesse Social” - ZEIS surgiu em Recife, na lei municipal de uso do solo de 1983, delimitando áreas urbanas “caracterizadas como assentamentos habitacionais surgidos espontaneamente, existentes e consolidados, onde são estabelecidas normas urbanísticas especiais, no interesse social de promover a sua regularização jurídica e a sua integração na estrutura urbana” (p. 10)

A Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) da chamada “Invasão do Macaíba” que hoje forma o Conjunto do Jardim Vitória, no Bairro do Velame, como dito anteriormente localiza-se na Zona Sul da cidade de Campina Grande - PB. Surgiu na primeira metade da década de 2000 por meio da ocupação de um terreno particular por moradores e, desde então, houve um processo de ocupação, crescimento e evolução do Conjunto.

Foi a partir dessa dinâmica de ocupação e de desenvolvimento urbano, que pôde-se caracterizá-la como uma ZEIS que foi delimitada por uma área previamente ocupada. É o que afirma o Ministério das Cidades (2009):

No processo de construção de uma nova ordem urbanística, fundada no princípio da função social da propriedade, as ZEIS se consolidaram como um tipo especial de zoneamento, cujo principal objetivo é a inclusão da população de menor renda no direito à cidade e à terra urbana servida de equipamentos e infra-estrutura, tanto por meio da delimitação de áreas previamente ocupadas por assentamentos precários, quanto por meio da delimitação de vazios urbanos e de imóveis subutilizados, destinados à produção de novas moradias populares. (p. 17)

A partir de então, o que podemos identificar de ações sobre planejamento urbanístico e qual

a sua importância para a melhoria do Jardim Vitória será toda embasada a partir de sua classificação como uma ZEIS. “Planejar as cidades tem como objetivo a garantia do bem-estar da população adequando a expansão urbana às necessidades presentes e futuras.” (CARVALHO *[et. al.]*, 2010, p. 01)

Sabendo, agora, como se deu o processo de surgimento e estabelecimento do Jardim Vitória e sabendo que o mesmo também é uma ZEIS criada a partir da observação de uma área já ocupada, podemos afirmar que sua legalização pode ser respaldada a partir da Lei de Uso e Ocupação do Solo a partir do Plano Diretor da Cidade como afirmam Carvalho *[et. al.]* (2010) em seu trabalho intitulado “Gestão e planejamento de áreas urbanas”.

É a partir do reconhecimento de uma ZEIS que há, também, o reconhecimento da diversidade de ocupação de solo nas cidades. O estabelecimento de uma ZEIS é importante para que se tenha a possibilidade de se construir uma legalidade na área ocupada e, portanto, o direito de moradia e habitação dos cidadãos nela estabelecidos a partir de tal legalidade atribuída. Desta feita, o município tem sobre determinada área uma atenção maior e específica para que se concentrem ações de melhorias de planejamento urbano, infraestrutura e para a implantação de serviços públicos na localidade em questão, como postos de saúde, escolas, creches, etc. A definição de uma área como ZEIS leva o município:

- a) permitir a inclusão de parcelas da população que foram marginalizadas da cidade, por não terem tido possibilidades de ocupação do solo urbano dentro das regras legais;
- b) permitir a introdução de serviços e infraestrutura urbana nos locais onde eles antes não chegavam, melhorando as condições de vida da população;
- c) regular o conjunto do mercado de terras urbanas, pois reduzindo-se as diferenças de qualidade entre os diferentes padrões de ocupação, reduz-se também as diferenças de preços entre elas;
- d) introduzir mecanismos de participação direta dos moradores no processo de definição dos investimentos públicos em urbanização para consolidar os assentamentos;
- e) aumentar a arrecadação do município, pois as áreas regularizadas passam a poder pagar impostos e taxas – vistas nesse caso muitas vezes com bons olhos pela população, pois os serviços e infra-estrutura deixam de ser encarados como favores, e passam a ser obrigações do poder público;
- f) aumentar a oferta de terras para os mercados urbanos de baixa renda. (PÓLIS-IDESEFES, Recife, p. 01, 1998)

O Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001) é a lei que regulamenta os artigos nº 182 e 183 da Constituição de 1988, neles são estabelecidas normas que regulamentam o uso e a propriedade do solo urbano para o interesse social em prol do bem coletivo (CARVALHO *[et. al.]*, 2010, p. 09). A partir do Estatuto, há então a concretização de instrumentos que poderão ajudar e auxiliar no planejamento urbano além de, obviamente, instituir outros conceitos e argumentos que permitam ao município ter um maior controle e gestão urbanística sobre sua área e fiscalização sobre

o uso do solo.

Pelo Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257/2001, nota-se:

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º - O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º - As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º - É facultado ao poder público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento ou edificação compulsórios;

II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º - O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º - Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

§ 3º - Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião. (p. 12-13)

O reconhecimento e delimitação da área da ZEIS (a partir do zoneamento de áreas) é importante, pois ela permite o avanço nas políticas públicas para se realizar as melhorias de infraestrutura no local. O documento do Ministério das Cidades (2009) ainda afirma que “o poder público municipal é responsável por coordenar a implementação das ZEIS, porque elas são um instrumento da política de desenvolvimento urbano do município.” (p. 18). Desta feita, após o reconhecimento e implementação, a área pode fazer parte dos projetos de melhorias urbanas que abarca todo o município. Souza (2009), aborda o conceito de zoneamento e assinala que:

O zoneamento de prioridades, que é uma identificação dos espaços (ou zonas, como prefere o linguajar técnico) que, por serem problemáticos, são considerados como merecedores de atenção especial por parte do Poder Público. Esses espaços podem ser favelas e loteamentos irregulares, demandando regularização da propriedade da terra e investimentos em infraestrutura; podem ser, também, áreas de preservação ambiental. O assunto dos zoneamentos exige, contudo, um maior detalhe. O tipo mais usual de zoneamento é o zoneamento de uso do solo. Nele, a cidade é dividida em zonas conforme o tipo de uso do solo mais adequado para as diferentes partes do tecido urbano.” (p. 128)

A prática do zoneamento que permite que haja a organização e divisão de um território em zonas determina para tais áreas seu gênero e as práticas de uso e ocupação do solo com o objeto de desenvolver projetos para melhorias de problemas específicos. O reconhecimento e implementação, a área se deu no ano de 2004 (Imagem 3) e, desde então pode fazer parte dos projetos de melhorias urbanas que abarca todo o município

IMAGEM 3: Documento da Câmara de Vereadores que reconhece e nomeia a Área

FONTE: Acervo pessoal disponibilizado por OLIVEIRA, J. P., 2017.

Com o reconhecimento e, posteriormente, com o zoneamento permitu-se assim que o conjunto pudesse ser alvo de melhorias de infraestrutura urbana a partir do ano de 2006 e, aos poucos, foi melhorando a qualidade de vida da população que nele reside até ser totalmente contemplado em 2012.

A cidade que Campina Grande possui 18 áreas delimitadas como ZEIS (Imagem 4), sendo a ZEIS do Bairro do Jardim Vitória, a ZEIS de número 3 (demarcada em azul na figura). Uma observação importante a se fazer é que, mesmo após a regularização da área do Conjunto no ano de

2004 e de seu reconhecimento e nomeação, ela ainda não é identificada no mapa de ZEIS, que é do ano de 2006, com o nome de “Jardim Vitória”, mas ainda como “Invasão do Macaíba” (em destaque).

IMAGEM 4: ZEIS do Município de Campina Grande

FONTE: Prefeitura Municipal de Campina Grande, 2006

3.2 Mudanças espaciais do Conjunto: uma análise espaço-temporal

Para melhor localizar e caracterizar o Jardim Vitória na área urbana da cidade de Campina Grande até os dias atuais e descrever ao longo do tempo o seu estabelecimento e desenvolvimento, além de identificar o processo de melhorias urbanas que aconteceram ao longo do tempo como: implantação de rede de água e coleta de esgotos (saneamento básico), calçamento de ruas, chegada de transportes urbanos e comércio, dentre outros aspectos, é importante se analisar as transformações da paisagem ao longo do tempo.

Desta feita, parto da premissa de analisar o desenvolvimento da área para entender ao longo do tempo a partir de imagens de satélite. Segundo Vilaça (2001) “interessa saber por que ela se

localiza, onde se localiza e quais as implicações disso. Não se trata apenas de partir do social para explicar o espaço, mas, ao contrário, é importante também partir do espaço para explicar o social.” (p. 36).

A partir das imagens de satélite, veremos os principais pontos de mudança e crescimento do Conjunto do Jardim Vitória. A primeira imagem de satélite (Imagem 5), trazemos a seguir.

IMAGEM 5: Conjunto Jardim Vitória, Julho de 2005

FONTE: FONTE: Elaborado a partir de imagens da base de dados do Google Earth, 2005.

Antes de iniciar a descrição, faz-se necessário informar que a base de dados do Google Earth, não disponibiliza imagens da área do Conjunto antes do ano de 2005, portanto, não há uma imagem anterior para que se possa realizar comparações. A figura acima demarca os pontos limítrofes do Conjunto estabelecidos no ano de 2004, conforme documento exposto anteriormente (vide Figura 2). Temos então em vermelho (1) a Rua Antonieta Amorim de Souza que também é o limite entre os Bairros do Velame e do Ressurreição, em amarelo (2) a Rua Marcelino Pereira da Costa, em verde (3) a Rua da Conceição e em azul (4) a Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira com uma área total de 5Km².

Percebe-se que em 2005 o Conjunto já estava bem consolidado. As ruas, apesar de tortuosas, possuem uma boa largura e distribuição de vias de acesso principal e secundárias. Neste mesmo ano a Associação de Moradores encaminhou os primeiros documentos reivindicando aos órgãos competentes as melhorias de infraestrutura (calçamento de ruas e circulação de coletivos) e a implantação do

saneamento básico (esgotamento sanitário e distribuição de água encanada). A imagem seguinte (Imagem 6) remonta ao ano de 2010.

IMAGEM 6: Conjunto Jardim Vitória, Maio de 2010

FONTE: FONTE: Elaborado a partir de imagens da base de dados do Google Earth, 2010.

Mudanças significativas ocorreram no Conjunto nos anos subsequentes. Após análise e comparação com a imagem do ano de 2005, percebe-se que até 2010 houve uma modificação no que diz respeito às moradias da área.

Os perímetros demarcados em vermelho mostram que nessas áreas novas construções surgiram ou antigas foram ampliadas pelos moradores. Verifica-se que, nesse período de tempo, praticamente todas as ruas surgiram novas construções. Já no que diz respeito ao entorno do conjunto percebe-se a melhoria do acesso ao mesmo. Em amarelo destaco a Avenida Juscelino Kubitschek que foi asfaltada até o seu ponto final (ligando-se à Alça Sudoeste) e também, novas construções surgindo após a área do Conjunto Jardim Vitória (no caso, são as novas casas do Conjunto Habitacional Palmeira Imperial que iniciava a ser construído na localidade do Bairro do Velame). Até este ano, apenas as obras de esgotamento sanitário e distribuição de água potável havia sido feitos até o momento, mas o calçamento das ruas em paralelepípedos ainda não havia sido mesmo mesmo com a aprovação do mesmo no ano de 2006 (Imagem 7).

IMAGEM 7: Imagem do documento que autoriza o calçamento de vias e saneamento básico do Conjunto Jardim Vitória (Maio de 2006)

FONTE: Acervo pessoal disponibilizado por OLIVEIRA, J. P., 2017.

A próxima imagem (Imagem 8) é do ano de 2015.

IMAGEM 8: Conjunto Jardim Vitória, Novembro de 2015

FONTE: Elaborado a partir de imagens da base de dados do Google Earth, 20015.

Em 2015, percebemos uma grande melhoria e evolução da infraestrutura do Conjunto.

Finalmente, as ruas foram calçadas (fato que aconteceu entre o fim de 2012 e início de 2013). As únicas vias que não foram contempladas (demarcada em azul) foi a Travessa Antonieta Amorim de Souza e a própria Rua Antonieta Amorim de Souza que delimita o Conjunto com o bairro do Ressurreição, ao norte. Já no que diz respeito às construções na localidade, percebe-se uma maior estabilidade e poucas modificações. As áreas marcadas em vermelho são modificações apenas de melhoras de habitações já preexistentes e, na primeira área do canto superior esquerdo, demarcada em verde, houve o fechamento de uma pequena via (atalho de terra).

Na área abaixo, demarcadas em amarelo, verifica-se a expansão e consolidação Conjunto do Palmeira Imperial que, atualmente, encontra-se totalmente pronto e dotado de infraestrutura e saneamento.

Para fins de demonstração e verificação da consolidação do Conjunto Jardim Vitória, essa imagem é do ano em curso. Em análise e comparação à imagem de 2015, percebe-se que não houve modificações significativas com relação ao surgimento de novas construções e nem de modificações das vias.

Assim, a última imagem que trazemos a é a mais recente disponível do Conjunto Jardim Vitória (Imagem 9):

Imagem 9: Conjunto Jardim Vitória, Junho de 2017

FONTE: Elaborado a partir de imagens da base de dados do Google Earth, 2017.

Ao longo desses 15 anos, se observa também a constante perda da cobertura vegetal da área (em 2005 há uma significativa cobertura) até chegar o ano de 2017 com quase total ausência da

mesma. Outro aspecto que é importante destacar é a impermeabilização do solo, ocasionada pelo calçamento de paralelepípedos das vias do Conjunto. Felizmente, mesmo com essa impermeabilização, não há registros de eventos de inundações das casas do Conjunto nos períodos de chuvas intensas.

Após a análise das imagens, entende-se claramente o que Souza (2009) ressalta:

O espaço social não é um simples “dado” sem maior importância para vida social. O espaço social é, ao mesmo tempo, um produto das relações sociais, e um condicionador dessas mesmas relações. A organização espacial e as formas espaciais refletem o tipo de sociedade que as produziu [...] (p. 99)

Assim, o espaço construído pela população do Conjunto Jardim Vitória ao longo do tempo, determinou a sua evolução até o mesmo chegar no estado em que hoje se encontra. As relações e as lutas por melhorias e reconhecimento do conjunto pelos seus moradores foram imprescindíveis para a sua consolidação, fato que foi favorecido também pelo seu reconhecimento com uma ZEIS, ainda no ano de 2006. A seguir, trago a importância desse reconhecimento e o porquê dele ter sido determinante para que as políticas de melhorias infraestruturais fossem aplicadas no Conjunto Jardim Vitória.

Contudo, as melhorias de infraestrutura não se restringem apenas ao calçamento de ruas e obras de esgotamento sanitário, distribuição de água potável e de energia elétrica. Há outros elementos de equipamentos urbanos que são importantes e também fazem parte para uma boa condição de vida dos habitantes de uma determinada localidade. Esta discussão é trazida no tópico seguinte.

4. EQUIPAMENTOS URBANOS PRESENTES NO CONJUNTO JARDIM VITÓRIA

Os equipamentos urbanos, como dito anteriormente, são construções da cidade que facilitam e ofertam à população diversos serviços, sejam eles de saúde, educação, lazer, segurança, transporte públicos, dentre outros. A discussão acerca da importância desses equipamentos e de sua boa localização e acesso não é de hoje. O planejamento urbano é importante nessa questão e pode ajudar na instalação de tais equipamentos. O urbanista Le Corbusier ³(1971), já afirmava que:

³ As palavras de Le Corbusier remontam bem o período e o paradigma no qual o mesmo estava inserido, quando a produção científica pautava-se no discurso neopositivista, ou seja, a verificação das teorias através do empirismo enfatizando a experiência e não se preocupando com o abstrato. Assim, percebemos que o seu discurso é um produto de seu tempo.

Essas ferramentas têm por objetivo facilitar as condições de existência, realizar a saúde moral e física dos habitantes, favorecer a perpetuação da espécie oferecendo os equipamentos necessários a uma perfeita educação, proporcionar a alegria de viver e fazer aparecerem e se desenvolverem sentimentos sociais capazes de levar ao civismo [...] (p. 66-67)

Portanto, não é apenas uma questão de se ter tais equipamentos para a população, mas de o tê-los disponíveis e os mais próximos possíveis de suas moradias. No Brasil, a efetivação de tais equipamentos também se dá no final da década de 1970 e é assegurada pela Lei Federal nº 6.766/79. O Art. 72 do Capítulo VII do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) de Porto Alegre, classifica os equipamentos urbanos:

Art. 72. São equipamentos urbanos públicos ou privados:

I - os equipamentos de administração e de serviço público (segurança pública, infra-estrutura urbana, cemitérios, administrativos de uso comum e especial);

II - os equipamentos comunitários e de serviço ao público (de lazer e cultura e de saúde pública);

III - os equipamentos de circulação urbana e rede viária. (p. 76)

Para efeitos de melhor aplicação de tal lei e com a finalidade de regularizar e classificar os equipamentos urbanos, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), lança a NBR 9284 em março de 1986. Pela norma, os equipamentos urbanos são classificados como “todos os bens públicos ou privados de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantados mediante autorização do poder público em espaços públicos ou privados” (p. 01). A mesma norma ainda os classifica em categorias de equipamentos de circulação e transporte, cultura e religião, esporte e lazer e infraestrutura.

No perímetro do Conjunto do Jardim Vitória o que se verifica é que há uma ausência da maioria das categorias de equipamentos. Com exceção daqueles destinados ao comércio, estes de ordem privada (mercados, mercadinhos, lanchonetes, salões de beleza, borracharias, etc.), igrejas e transporte público, outros equipamentos como escolas (de ensino infantil, fundamental e médio), postos de saúde, praças e postos policiais, só podem ser encontrados fora do perímetro do Conjunto. A imagem a seguir (Imagem 10), localiza os pontos de equipamentos urbanos mais presentes no Jardim Vitória.

IMAGEM 10: Equipamentos urbanos do Jardim Vitória

FONTE: Elaborado a partir de imagens da base de dados do Google Earth, 2017.

Em análise à imagem do Jardim Vitória, destacamos os equipamentos urbanos presentes no Conjunto. Os perímetros demarcados em laranja são pontos comerciais (mercadinhos, lanchonetes, salões de beleza, bares, serralharia e materiais de construção) num total de 25 estabelecimentos (Imagem 11), os perímetros em amarelo são Igrejas (Imagem 12) sendo todas de religião Cristã sendo uma delas Católica e outras oito Protestantes de diversas vertentes, os perímetros em azul são áreas abertas, que poderiam ser praças (Imagem 13), por exemplo, mas que não são (as crianças apenas as utilizam para brincar – ou brincam até mesmo no meio da rua), duas destas áreas em azul estão fora do perímetro do Jardim Vitória, mas pela sua proximidade são utilizadas.

Por fim as linhas em verde demarcam o trajeto percorrido pelas linhas de ônibus que beneficiam o Conjunto: passando por dentro do Jardim Vitória, a linha Radial 900 tanto no sentido bairro-centro quanto no sentido centro-bairro passando pelas Rua Maria Pereira Brandão e Rua da Conceição (Imagem 14) e, por fora do perímetro do Jardim Vitória, as linhas Radiais 090A no sentido centro-bairro e 090B no sentido bairro-centro, ambas pela Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira.

IMAGEM 11: Exemplos de pontos comerciais no Jardim Vitória

FONTE: SILVA, 2017

IMAGEM 12: Igrejas presentes no Conjunto Jardim Vitória

FONTE: SILVA, 2017

IMAGEM 13: “Área de lazer” dentro do Jardim Vitória

FONTE: SILVA, 2017

IMAGEM 14: Ruas percorridas pela linha 900 - Radial dentro do Jardim Vitória

FONTE: SILVA, 2017

O que percebemos é que há um grande número de pontos comerciais para um perímetro relativamente pequeno do Conjunto, um total de 25 estabelecimentos. As próprias pessoas do Conjunto foram investindo e abrindo seus pequenos pontos comerciais (iniciativa privada) como modo de sobrevivência e de ofertar mercadorias diversas para a população do local. A grande quantidade de estabelecimento comerciais pode ser explicada e segue uma lógica. Campos Filho (2003), enfatiza que:

A proximidade espacial do comércio e dos serviços estará definida pelo mercado imobiliário e, em grande medida, quando não houver planejamento público ou privado interferindo nesta lógica, no que se refere àqueles que são oferecidos pelo setor privado (p. 21)

Todavia, percebe-se que há uma ausência da oferta de outros equipamentos urbanos públicos dentro do perímetro do Conjunto do Jardim Vitória. É o caso de serviços de saúde, a chamada Unidade Básica de Saúde da Família (UBSF), oferta de escolas de Ensino Básico, postos policiais e equipamentos de lazer (praças e parques). Ampliando ainda mais a escala de abrangência da imagem, pode-se localizar a oferta de tais equipamentos ou, pelo menos, os mais próximos do Conjunto (Imagem 15).

IMAGEM 15: Equipamentos urbanos próximos ao Jardim Vitória

FONTE: Elaborado a partir de imagens da base de dados do Google Earth, 2017.

O que destacamos na imagem anterior são os equipamentos urbanos que oferecem serviços à população do Jardim Vitória. Como visto, todos estão fora do perímetro do Conjunto, uns mais próximos e outros bem mais distantes, mas todos são amplamente utilizados pela comunidade.

Em explicação ao que se referem os perímetros demarcados, trago: em vermelho três escolas públicas estaduais de Ensino Fundamental e Médio; em verde cinco escolas públicas municipais sendo duas deles creches (Ensino Infantil) e outras três de Ensino Fundamental; em azul, sete equipamentos de lazer, sendo três clubes (privados), duas praças, uma quadra poliesportiva municipal e uma pista de caminhada situada ao longo da Avenida Juscelino Kubitschek que termina,

justamente, na rua de entrada do conjunto e; em amarelo três postos de saúde, sendo os que estão circulados as UBSF destinadas a atender as famílias do Conjunto em específico (e do Bairro do Velame como um todo).

Ressalto ainda que também há a presença de equipamentos urbanos privados sendo eles, principalmente, de educação, como escolinhas particulares de pequeno porte dentro dos bairros subjacentes que oferecem o ensino infantil e o ensino fundamental I (do 1º ao 5º ano), mas que não estão demarcadas na imagem, mas que também estão fora do perímetro do Jardim Vitória.

Com relação à disponibilidade de tais equipamentos urbanos de saúde e educação, por exemplo, até a localização mais centralizada destes é distante do Conjunto (e não só do Conjunto em questão) e está atrelada a uma lógica organizacional do poder público por questões que envolvem mobilidade, disponibilidade, atendimento à clientela de determinada localidade e das configurações da estruturação da malha urbana (CAMPOS FILHO, 2003). É um jogo especulativo do próprio poder público para a promoção da gestão vigente (seja esta gestão municipal, estadual ou federal) para demonstrar “o seu trabalho” enquanto estiver no poder e, que nem sempre beneficia a todos de uma determinada localidade. Campos Filho (2003), continua:

Nem sempre a lógica locacional do mercado imobiliário ou a do poder público atende o interesse da maioria. Muitas vezes o poder público, movido pela necessidade de dar maior visibilidade possível a suas ações para obter o poder necessário nas urnas, localiza esses equipamentos em lugares barulhentos e perigosos devido ao tráfego de veículos, quando seria melhor que os mesmos, especialmente os destinados às mães, idosos e crianças, estivessem em lugares de um bairro. (p. 21)

Percebemos que a especulação que está presente na cidade de Campina Grande é bem visível no caso da localização dos equipamentos urbanos que fornecem serviços ao Jardim Vitória. Como visto, todos estão bem centralizados e distantes do Conjunto e, os de maior porte em vias movimentadas e de melhor acesso.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender a dinâmica de ocupação, a organização dos moradores e os motivos pelos quais todo esse processo aconteceu é importante no que diz respeito à compreensão da (re)produção de tal espaço urbano e sua constante modificação e (re)estruturação a partir das relações sociais ao longo do tempo. Além disso, ajuda a compreender o modo com a qual essas relações afetam o meio em que se vive.

Assim, o conhecimento e a discussão acerca do objeto de estudo nos levou à reflexão de outros conceitos que são presentes no âmbito urbano: a periferização e os porquês desse processo ser tão

presente e contínuo, as questões da especulação imobiliária que leva a segregação de determinados grupos na cidade, a discussão sobre o direito à moradia e termos como invasão ou ocupação de grupos em terrenos que não são regularizados ou em propriedades privadas que não cumprem uma função social. É certo que, no caso do Conjunto Jardim Vitória, todas essas discussões vieram à tona naturalmente através da própria história do lugar.

A chegada de melhorias de infraestrutura e de serviços de equipamentos urbanos, principalmente após as conquistas pelas lutas da própria comunidade através da organização da associação dos moradores, também foram um marco para o Jardim Vitória. O seu reconhecimento como uma ZEIS, em 2006, fez com que houvesse maior atenção dos órgãos públicos para que todas as obras de melhorias fossem, aos poucos, sendo implantadas.

Todavia, os serviços prestados pelos equipamentos urbanos precisavam de uma análise mais profunda. Então, partimo para a pesquisa de campo e ela mostrou que há ainda muito o que se melhorar e o que se fazer no Jardim Vitória, principalmente no que diz respeito à localização (distância) de tais equipamentos que prestam os serviços essenciais à população da área.

6. REFERÊNCIAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas: **NBR 9284 de março de 1986**. Disponível em < <https://pt.slideshare.net/sheyqueiroz/nbr-928486-equipamento-urbano> > Acesso em 29/06/2017 às 20h35min.

BRASIL: Ministério das Cidades (2009). **Como delimitar e regulamentar Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS de vazios urbanos**. Brasília, Ministério das Cidades.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Panorama e Dados Gerais do Município de Campina Grande - PB**. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/home/> > Acesso em 24 de novembro de 2018 às 18h

CAMPOS FILHO, Candido Malta (2003). **Reinvente seu Bairro: caminhos para você participar do planejamento de sua cidade**. São Paulo, Editora 34.

CARVALHO, Luiz Eugênio; ALCÂNTARA, Willian Magalhães; BEZERRA, Anselmo César V (2010). **Gestão e planejamento de áreas urbanas**. Recife, UFPE.

CAVALCANTI, Lana de Souza (2001). **Uma geografia da cidade: elementos da produção do espaço urbano em Goiânia**. Goiânia, Alternativa.

LE CORBUSIER (1971). **Planejamento Urbano**. 2ª Edição. São Paulo: Perspectiva SA.

Planalto – Casa Civil: Subchefia de Assuntos Jurídicos. **Lei nº 10257 de 10 de Julho de 2001 -**

Regulamenta os Arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm> Acesso em 19/04/2017 às 18h15min.

_____. **Lei nº 6766 de 19 de dezembro de 1979 - Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6766.htm> Acesso em 29/06/2017 às 19h40min

Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre – PDDUA. Disponível em <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/planodiretortexto.pdf> Acesso em 29/06/2017 às 20h

Revista Pólis-Idelsefes: dicas e ideias para a ação Municipal (1998). **Zonas de Especial Interesse Social.** Nº 117. Recife, Pólis-Idelsefes.

SOUZA, Marcelo Lopes de (2009). **ABC do desenvolvimento urbano.** 2ª edição. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

VILLAÇA, Flávio (2001). **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Editora Studio Nobel.